

OFICIO GAPRE/CMJ N° 22

Juru-PB, dia 12 de dezembro de 2022

À Sua Excelência a Senhora SOLANGE MARIA FÉLIX BARBOSA Prefeita Constitucional Nesta.

Assunto: Encaminhamento Projetos Lei.

Excelência,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste encaminhar ao Gabinete de Vossa Excelência os autógrafos dos Projetos de Lei Aprovados para que sejam apreciados por Vossa Excelência. Os projetos foram aprovados nesta Casa Legislativa sendo esta redação em anexo mantida sem alteração apta a apreciação seguindo o tramite legal. A saber:

1. PROJETO DE LEI 028/2022 PODER EXECUTIVO

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS, AUMENTO DE VAGAS EM CARGOS JÁ CRIADOS, ESTABELECE VENCIMENTOS E ATRIBUIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE JURU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2. PROJETO DE LEI 029/2022

PODER EXECUTIVO

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JURU/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nesse ensejo, renovo os votos da mais elevada estima e consideração

Álvaro Ancelmo Teixeira Presidente 12/12/2022 12/12/2022



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Juru "Gabinete da Prefeita"



PROJETO DE LEI Nº 029, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNÍCIPIO DE JURU/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JURU/PB, no uso de suas atribuições e competências legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Juru/PB e demais normas correlatas, vem, com o devido respeito, submeter à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

- Art. 1º Os recursos vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Juru (IPSEJ) somente poderão ser utilizados para pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação municipal.
- § 1º Ficam excepcionados as receitas financeiras do IPSEJ, ressalvada a utilização dos recursos para o pagamento das despesas de manutenção, que será caracterizada como taxa de administração.
- § 2º O valor anual da taxa de administração para manutenção do Regime Próprio de Previdência Social do Munícipio de Juru, corresponderá a 2% (dois por cento) aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS apurado no exercício financeiro anterior.
- § 3º As despesas excepcionadas pelo § 1º, possíveis de serem vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município, observando o limite estabelecido pelo § 2º, deverão ser dimensionadas quando do estudo atuarial anual, de forma que as alíquotas de contribuição definidas permitam o ingresso de recursos suficientes para a sua cobertura.





Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Juru "Gabinete da Prefeita"

- § 4º Eventuais sobras do valor referido § 2º constituirão reservas, cujos recursos somente serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.
- § 5° O saldo da sobra referente a Taxa de Administração ao que se refere o § 2° deste artigo serão remanejados para o exercício financeiro seguinte e poderão ser utilizados para aquisição, construção, reforma ou melhorias de imóveis destinados a uso próprio da unidade gestora nas atividades de administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS, bem como para reforma ou melhorias de bens destinados a investimentos.
- § 6° A apuração da taxa de administração deverá observar o art. 15 da Portaria MPS n° 402, de 10 de dezembro de 008, e o art. 51 da Portaria MF n° 464, de 19 de novembro de 2018.
- § 7° O pagamento será feito mensalmente, pelo Município mediante transferência à conta específica do instituto, até o dia 10 do mês subsequente ao pagamento da folha de pessoal ativo.
 - Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - **Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Juru, Estado da Paraíba, em 07 de dezembro de 2022.

SOLANGE MÁRIÁ FÉLIX BARBOSA

Prefeita Constitucional